

O reinado do desejado D. Sebastião nas teias da influência filipina: uma análise do cenário político português às vésperas da União Ibérica

The reign of desire Sebastian in the webs of Filipino influence: an analysis of the Portuguese political scene on the eve of the Iberian Union

Gabriel Moreira Medeiros Laureano.

Resumo

Sombras de dúvidas pairavam sobre o reino de Portugal após a chegada das trágicas notícias provenientes do norte da África. Aquilo que parecia ser a última grande cruzada cristã liderada pelo jovem rei, transformava-se em dura experiência para o povo lusitano, que depois disso só voltaria a encontrar sua autonomia em 1640. Este presente artigo tem como objetivo tratar do curto reinado de D. Sebastião de Portugal, e investigar as questões políticas, principalmente as negociações de casamento - que visavam conseguir uma esposa para D. Sebastião a fim de que ele assegurasse a linhagem e a integridade da coroa portuguesa frente ao temor de uma possível união com Castela -, e a interferência de Felipe II para o malogro dessas negociações, haja vista se houvesse uma crise sucessória. O mito que surgiu após a morte de D. Sebastião, não é o principal objetivo deste trabalho, e será tratado muito brevemente.

Palavras-Chave: D. Sebastião. Casamentos. Crise sucessória. União Ibérica.

Abstract

Doubt shadows hovered over the kingdom of Portugal after the arrival of the tragic news coming from North Africa. What seemed to be the last great Christian crusade led by the young king, was transformed into hard experience for the Lusitanian people, after that only return to find their autonomy in 1640. The present article aims to address the short reign of King Sebastian of Portugal, and investigate the political issues, especially the marriage negotiations - aimed at achieving a wife to Sebastian so that he would ensure the lineage and the integrity of the Portuguese crown against the fear of a possible union with Castile - and the interference of Philip II to the failure of these negotiations, given if there was a succession crisis. The myth that arose after the death of Sebastian, is not the main objective of this work, and will be treated very briefly.

Keywords: D. Sebastião. Weddings. Succession crisis. Iberian Union.

Como citar esse artigo. Laureano GMM. O reinado do desejado D. Sebastião nas teias da influência filipina: uma análise do cenário político português às vésperas da União Ibérica. Revista Mosaico. 2014 Jan./Jun.; 05 (1): 37-42.

Introdução

Sombras de dúvidas pairavam sobre o reino de Portugal após a chegada das trágicas notícias provenientes do norte da África. Aquilo que parecia ser a última grande cruzada cristã liderada pelo jovem rei, transformava-se em dura experiência para o povo lusitano, que depois disso só voltaria a encontrar sua autonomia em 1640. Este presente artigo tem como objetivo tratar do curto reinado de D. Sebastião de Portugal, e investigar as questões políticas, principalmente as negociações de casamento - que visavam conseguir uma esposa para D. Sebastião a fim de que ele assegurasse a linhagem e a integridade da coroa portuguesa frente ao temor de uma possível união com Castela -, e a interferência de Felipe II para o malogro dessas negociações, haja vista se houvesse uma crise sucessória. O mito que surgiu após a morte de D. Sebastião, não é o principal objetivo deste trabalho, e será tratado muito brevemente.

Para entender o reinado de S. Sebastião e o caráter

messiânico que lhe foi atribuído, utilizaremos, entre outras, a obra da historiadora Jacqueline Hermann, que seguindo a linha da História das Mentalidades, em seu livro “No reino do desejado” estuda o Sebastianismo e como as trovas do sapateiro Gonçalves Anes Bandarra contribuíram para consolidação e difusão desta crença por volta do século XVII.¹ D. Sebastião vinha sendo esperado por muitos anos, antes até mesmo de ser concebido, por isso foi chamado de “O Desejado”. Tamanha a importância que seu nascimento havia se encaixado nas trovas deste sapateiro, que possuíam um caráter profético e conferiram um caráter messiânico à figura de D. Sebastião.² Este caráter acentuou-se principalmente após seu desaparecimento na Batalha de Alcácer Quibir. A crença idealizava a figura de um herói nacional que libertaria Portugal do domínio da Espanha e traria novamente a glória do Império Português. Logo

1 HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

2 Isto em função da influência judaica. Grupo em que às vezes surgiam crenças semelhantes, reafirmando a ideia da vinda do Messias e a libertação do povo escolhido. Este caráter acentuou-se principalmente após seu desaparecimento na Batalha de Alcácer Quibir.

nutria esperança naqueles que eram contrários a união ibérica. Inicialmente a historiadora analisa a questão do chamado “destino imperial” de Portugal confirmado por Deus, e cita como exemplo o milagre da batalha de Ouriques nos primórdios da fundação de Portugal, quando D. Afonso Henriques recebeu do próprio Cristo a missão de guiar os cristãos.

Já desde criança predestinado, Afonso Henriques passou a cumprir sua missão à frente do povo português. Além disso, segundo uma narrativa aceita como verdade indiscutível entre a população, o próprio Cristo havia aparecido diretamente a Afonso Henriques na batalha de Ourique para confiar-lhe o trono de Portugal. Reeditava-se, dessa forma, a aparição divina a Constantino antes da batalha de Ponte Milvia. (...) Além disso, Cristo deseja fundar em Portugal um novo Império, trazendo à lembrança a passagem bíblica dos sucessivos impérios que deveriam ser destruídos, segundo a profecia de Daniel. O reino português, portanto, tornava-se o novo império de Deus na terra.³

A historiadora também trata do medo, muito presente na História de Portugal, da união das duas coroas ibéricas, conforme dissemos. Nesse contexto, insere-se a figura de D. Sebastião rodeada de certo misticismo, que ganha força principalmente após sua morte. Contudo, as obras sobre D. Sebastião publicadas entre os séculos XVII e XVIII apresentam concepções controversas.

O desejado é visto como um rei fraco, ora manipulável, ora autoritário, despreparado para as tarefas de um reino que já fora tão poderoso, e principal responsável pela obsessiva e descabida jornada ao Norte da África. Nas versões que o absolvem são realçados seus dotes religiosos e grandiosa empreitada levada a termo contra o infiel, que, se foi desastrosa materialmente, significou o começo necessário da purgação dos pecados do reino.⁴

Quanto às negociações de casamento e da política do reino, o volume três da série História de Portugal organizada por José Mattoso aborda muito bem a questão, no seu último capítulo, intitulado: Os Régios Protagonistas do Poder. O estudo oferece importantes subsídios para se investigar a influência de Felipe II na política portuguesa.⁵

Antes de iniciarmos a análise sobre D. Sebastião, vale apresentar um breve contexto do reino de Portugal antes de seu reinado. No final do século XV, vemos o Império Marítimo português em formação, com uma vasta rede comercial que partia dos fortes no litoral da África para interior, consolidada. Já é possível observar o modo característico de povoação dos portugueses por meio das feitorias situadas no litoral. Mesmo neste momento as possessões sendo menores do que viriam a serem anos mais tarde, ainda assim já era uma quantidade

territorial significativa. É interessante observar que os portugueses souberam manter tais possessões desde a conquista de Ceuta em 1415, situada em um território conturbado pelos constantes ataques dos muçulmanos. E mantiveram também todos esses negócios, que não ficavam apenas a cargo de D. Henrique, o Navegador, mas cujas responsabilidades administrativas e o direito sobre o comércio eram concedidos por ele a alguns mercadores que em troca lhe davam um quinto do rendimento ou outra quantia firmada com o monarca. A coroa só passou a monopolizar todo o comércio em 1475, quando D. Afonso V passa a direção para seu filho, D. João, que subiu ao trono em 1481 como segundo de seu nome.

Dom João II, o Príncipe Perfeito, foi um imperialista entusiasmado e de vistas largas, que nutria verdadeira paixão pela África e seus produtos, fossem de natureza humana, animal, vegetal ou mineral. Com perspicácia, interessou-se pessoalmente pela direção do comércio, reservando para a Coroa o monopólio da importação do ouro, escravos, especiarias e marfim, e da exportação de cavalos, tapetes, produtos têxteis ingleses e irlandeses, cobre, chumbo, utensílios de latão, contas de colar e pulseiras. Os comerciantes privados, dede que pagassem uma licença, tinham autorização para importante artigos menos valiosos, como papagaios, algodão rafia etc.⁶

Como aponta Charles Boxer, D. João II (1481-1495) foi um monarca muito preocupado com o comércio no ultramar, assim incentivou sua expansão e conseqüentemente o desenvolvimento de novas rotas comerciais. Foi em seu governo que se deram as famosas expedições de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, que contornaram o temível Cabo das Tormentas no Sul da África, e chegaram até Calicute, na Índia. Quando as primeiras caravelas desta expedição retornaram a Portugal, em 1499, D. João II já havia falecido e foi sucessor, D. Manuel (1495-1521), quem vivenciou este período glorioso e opulento de Portugal, em que seu Império Marítimo estava no auge. Além do envolvimento com as grandes navegações, D. Manuel também se encarregou de reforçar a autoridade régia e reestruturar a administração portuguesa com as famosas Ordenações Manuelinas, de 1513.⁷ D. Manuel I morreu em 1521, estava repleto de glórias, e ao longo de sua vida foi cognominado como “O venturoso”. Seu sucessor foi D. João III (1521-1557), avô de D. Sebastião. Em seu governo, a rainha D. Catarina da Áustria exerceu grande influência e encarregou-se de casar seus filhos com seus sobrinhos da Espanha. Já no reinado de D. João III o temor de união das coroas se fez sentir, e aumentou ainda mais após sua morte: pois todos os seus filhos já haviam morrido; seu herdeiro era uma criança; sua família estava ligada, pelo casamento, com Castela;

3 AZZI, Riolando. *A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. P.16-17.

4 Idem. P.76.

5 MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Os régios protagonistas do poder*. In: MATTOSO, Jose. *História de Portugal no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997.

6 BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P.45-46.

7 Cf. AZEVEDO, Luis Carlos de. *O reinado de D. Manuel e as Ordenações Manuelinas*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67454/70064>.

e a influência de sua esposa, a rainha D. Catarina (uma espanhola) se estenderia também durante o reinado de D. Sebastião, afinal ela se tornaria, juntamente com D. Henrique, rainha regente.

Assim, este artigo aborda inicialmente os primeiros anos do reinado de D. Sebastião, em seguida a questão das negociações dos casamentos e se encerra enfocando a interferência de Felipe II ao longo de todo o reinado, e com a morte de D. Sebastião na batalha de Alcacér Quibir.

Portugal durante o reinado do Desejado

Em 20 de Janeiro de 1554, dia de São Sebastião, nasceu o desejado herdeiro do trono, tendo assim Deus atendido às preces de todos os súditos do rei. Neste mesmo ano morreu seu pai, príncipe D. João, último herdeiro de D. João III. Contudo, com o nascimento de D. Sebastião, o trono não mais iria para sua irmã D. Maria, casada com Felipe II, e, portanto não haveria união entre os dois reinos. Quanto a sua mãe, D. Joana, lhe foi ordenado que retornasse a Espanha e o jovem rei ficou sob a tutela de sua avó D. Catarina.

Em 1557, com três anos de idade Sebastião foi aclamado rei e sua avó assumiu a regência do trono até os seus catorze anos. Nesse panorama, a nobreza dividiu-se em dois blocos: um que apoiava D. Catarina e outro que apoiava o Cardeal D. Henrique, irmão de D. João, o qual acreditava que a presença de D. Catarina poderia ser uma ameaça ao trono. Contudo, ela conseguiu que se forjasse um documento que foi atribuído ao falecido D. João, por meio do qual designava que a rainha deveria ser regente e responsável pela educação de seu neto e sucessor.⁸ Quanto a sua educação, depois da disputa entre o cardeal e a rainha sobre qual ordem deveria se encarregar da educação do monarca. Ficou decidido que seria a Companhia de Jesus, assim como havia defendido D. Henrique. Ele foi contra a sugestão da rainha sobre os Dominicanos, pois preferia um Jesuíta português a um frade de uma ordem espanhola.

Em 1560, a rainha regente apresentou sua renúncia, passando os cuidados do rei para o cardeal, que mesmo aconselhando-a a não tomar tal atitude, aceitou mesmo assim. Em 1562, D. Catarina convocou as cortes que acataram sua renúncia, as quais com certa resistência confirmaram o cardeal como regente. A condição foi que o trono deveria ser entregue a D. Sebastião quando este completasse catorze anos, ficando a educação do rei a cargo de D. Catarina, que por sua vez deixaria de ter uma atuação política, como tinha antes.

Em suma, no período regencial houve, um

embate, uma divisão entre o cardeal e rainha nos assuntos referentes a D. Sebastião. D. Catarina tendo continuado responsável pela formação do neto proporcionou-lhe uma educação religiosa e segundo Hermann até desenvolveu no rei uma misoginia, ou seja, aversão ao feminino que juntamente com outros fatores colaboraram para que ele não se casasse. As cortes, até chegaram a ordenar em 1563 que o rei fosse tirado do convívio de mulheres e levado para o convívio junto com outros homens. Além dessas questões envolvendo sua educação e questões políticas, o rei desenvolveu uma doença que o acompanharia por toda a vida.⁹ Cujas causas eram atribuídas às longas caçadas empreendidas pelo jovem rei e todo o processo de preparação para as guerras. Informações sobre essa doença chegaram aos ouvidos de todas as cortes da Europa que tinham relutância em oferecer suas princesas em casamento ao rei. As informações não foram difundidas diretamente por Portugal, mas por murmúrios e rumores provavelmente suscitados pela Espanha. Também neste mesmo momento, houve um episódio que reacendeu em todos o espírito cruzadístico, e o ímpeto de reconquistarem o Norte da África e as fortalezas abandonadas por ordem de D. João III: os mouros atacaram Magazão, uma possessão portuguesa em Marrocos, mas os portugueses conseguiram sair vitoriosos.

Em 1559, os embaixadores portugueses em Paris, em nome de D. Henrique tentaram casar seu sobrinho com a filha de Catarina de Médici, Margarida de Valois, conhecida como Margot. Mas Catarina de Médici pretendia casá-la com o herdeiro da Espanha, D. Carlos. Em vista disso D. Catarina considerava também o casamento de D. Sebastião com uma das filhas do rei da Boêmia. Tal proposta muito agradou a Felipe II, isso porque ele não achava interessante e vantajoso uma união tão estreita entre Portugal e França. Contudo o rei Maximiliano hesitou em responder a proposta. Formava-se um cenário delicado: as cortes francesas haviam apoiado o casamento do rei português com Margot e o Papa discordava desta determinação devido às atitudes de Catarina de Médici para com os protestantes, permitindo-lhes o direito de culto.¹⁰ Tudo isso aliado aos ataques de corsários franceses a ilha da Madeira, e a promessa de casamento de Margot a Henrique IV fizeram com que minguassem as negociações do casamento. O próprio D. Sebastião sentiu-se profundamente ofendido com a atitude da França. Em 1574, D. Catarina queria que seu neto se casasse com Isabel Clara Eugênia, filha de Felipe II, mas este não consentiu. Mostrou-se relutante em permitir o

8 MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Os régios protagonistas do poder*. In: MATTOSO, Jose. *História de Portugal no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 456.

9 As causas da doença eram atribuídas às longas caçadas empreendidas pelo jovem rei e todo o processo de preparação para as guerras. Os médicos da época diagnosticaram como gonorreia, o que é improvável, pois o rei pouco se importava com as mulheres. Provavelmente tratava-se de uma uretrite crônica, que consiste em uma infecção ou inflamação no canal da uretra. Informações sobre essa doença chegaram aos ouvidos de todas as cortes da Europa que passaram a apresentar certa relutância em oferecerem suas princesas em casamento ao rei de Portugal. As informações não foram difundidas diretamente por Portugal, mas por murmúrios e rumores provavelmente suscitados pela Espanha, o que já nos mostra certa atuação de Felipe II. HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 82.

10 Cf. DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

casamento de sua filha com D. Sebastião em função de sua saúde. Por outro lado, o jovem rei de Portugal não estava nem um pouco interessado em conseguir uma esposa, preocupava-se mais com as expedições contra os mouros no norte da África. Entretanto, em 1576, o monarca pediu pessoalmente a mão da filha de Felipe II em casamento, mas só porque queria auxílio em sua expedição contra Marrocos.

Neste complexo e denso cenário de acordos de casamentos envolvendo D. Sebastião, conseguimos ver nitidamente a mão de Felipe II da Espanha, sempre intervindo nas negociações quando achava necessário. Intervinha como membro da família e sob esta justificativa estendia sua sombra sobre a política portuguesa, como alerta Mattoso.

Aliás, as interferências estrangeiras nesta matéria são demasiado gritantes para que uma personalidade forte (e teimosa) como a de D. Sebastião pudesse acatar o que queriam impor-lhe, como se ele próprio não contasse. Nesta matéria tratavam-no simplesmente como uma das peças da política dinástica dos Áustrias, que tinham Filipe II como chefe de família e D. Catarina como sua fiel colaboradora em Portugal.¹¹

Em meio a esse complicado “xadrez político”, D. Sebastião assumiu o governo definitivamente em 1568. Entre 1569 e 1573, esteve viajando por Portugal, principalmente no sul, na região do Algarve. Esperava combater piratas e impedir uma suposta invasão turca que viria daquela região. Desde cedo, e isso devido aos seus educadores, D. Sebastião foi incentivado a repudiar as atitudes de D. João III quando este ordenou que se abandonassem algumas regiões na África: fora incentivado a retomar a expansão e conquista, a combater os mouros. Todo o seu governo se orientou principalmente para este objetivo.

Em seu governo, o Desejado, deu muito incentivo também ao Santo Ofício. Devido a sua forte religiosidade, baixou leis de proibição que colocam sobre rígido controle a impressão e circulação de livros. Também proibiu a residência de cristãos-novos em certas possessões no ultramar, restringindo-lhes acesso a cargos públicos. Foi em seu governo que houve a lei de 1570, proibindo a escravização dos índios.¹² Tal atitude se deve em grande parte a influência jesuíta em sua educação. Mesmo estando ele bem ausente do governo em função de suas viagens, muitas leis foram promulgadas em seu nome, indo além do número de leis promulgadas no governo de D. João III. Por exemplo, entre 1569 e 1570, são promulgadas leis de incentivo às atividades militares. Por essas leis se determinava que quanto mais ricos fossem os indivíduos, mais deveriam investir em armas para si e para os seus homens. Também permitiam que estes homens formassem regimentos sob

seu comando.¹³ Com isso D. Sebastião proporcionou uma reorganização militar em Portugal, estendendo o direito de escolher aqueles mais aptos para guerra às câmaras dos municípios, das pequenas localidades. Ele conseguiu gerar no povo uma mobilização geral para a guerra contra os mouros, principalmente a partir dos desfiles e paradas militares que ocorreram em Junho de 1571.

Três anos depois o rei fez uma viagem até a África que seria o prólogo de sua famosa jornada posterior que terminou em Alcácer Quibir. Ele foi até Tânger e Ceuta, sob justificativa que precisava ver em que condições estavam estes fortes, faria uma vistoria. Esta viagem auxiliou também em uma maior aproximação do rei com os nobres, consolidando sua independência do tio e da avó. Esta viagem se justificaria também pelos atritos entre D. António que fora nomeado governador pelo rei e entre os descendentes dos Vice-Reis de Tânger. Atrito que se estendia ao próprio rei, pois preferira D. António como governador. Logo D. Sebastião fora quase que obrigado a visitar Ceuta e Tânger para tentar amenizar a situação. Sendo por essas questões políticas ou por uma tentativa de guerra já em 1574, a estadia naquelas regiões foi muito útil para um reconhecimento do território e também o conhecimento de algumas informações sobre os inimigos. A preocupação de D. Sebastião com as possessões portuguesas na África e com o combate aos Mouros era tamanha, que o serviço militar nestas regiões constituía o principal critério para se receber alguma mercê. O rei, por sua vez, podia contar com esses homens para engrossar as tropas portuguesas na África, assim fazia das mercês uma ferramenta para a manutenção dos exércitos portugueses situados além dos limites do reino.

No reinado de D. Sebastião, essa tendência tornou-se ainda mais nítida com a exigência dos serviços militares individuais como principal critério para a concessão de mercês. Com a bula de Pio V de 18 de agosto de 1570, o suplicante devia comprovar três anos de serviços militares no norte da África para obter o hábito de cavaleiro. Mais prestigiosas, as comendas somente eram providas depois de sete ou nove anos de serviços comprovados. A bula permitiu aos reis contar com os antigos cavaleiros das Ordens Militares para formar exércitos e promover guerras para além das fronteiras portuguesas.¹⁴

Ainda sobre as viagens reais, D. Catarina e o Cardeal foram contrários a esta viagem, e este período em que o rei esteve ausente foi de grande tensão. D. Álvaro de Castro, grande amigo e conselheiro do rei, trouxe novamente ao palácio Pero de Alcáçova Carneiro, homem estimado por suas habilidades políticas e diplomáticas. Carneiro enviou uma carta ao rei convencendo-o de que retornasse a Portugal, e

11 MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Os régios protagonistas do poder*. In: MATTOSO, Jose. *História de Portugal no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 457.

12 Cf. SIQUEIRA, Maria Isabel de. *Ordem em colônias: legislações para os índios no período filipino*. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion6/eh0605.pdf>.

13 HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P.93

14 RAMINELLI, Ronald José. *Nobreza do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 44.

assim poderia se preparar melhor para a guerra contra os mouros. D. Sebastião logo retornou a Portugal depois e ter recebido a carta. Carneiro era muito próximo de D. Catarina e também de Felipe II, além de ter livre acesso à corte da Espanha, o que nos mostra claramente a grande influência do rei de Espanha no reino vizinho.¹⁵

Em 1576, chegou a notícia de que o Reino de Fez, região norte de Marrocos, havia sido conquistada pelos mouros sobre o comando do xarife Malik. D. Sebastião acreditava que era questão de tempo até que ele fizesse aliança com os turcos, conquistasse toda a África e depois invadisse a Península Ibérica. Buscou o apoio do bastião da Cristandade, a Espanha, que havia sido bem sucedida na batalha de Lepanto em 1571 (episódio que conferiu a armada espanhola o título de invencível), não via mais nos turcos, inimigos tão eminentes. Felipe II não estava interessado em dar apoio a D. Sebastião nesta empreitada. Primeiro porque tinha relações muito próximas com o xarife; segundo, se Portugal fosse bem sucedido em sua expedição de grande magnitude, Felipe II temia as consequências que viriam em função dessa vitória. Portanto, desde a carta enviada por Carneiro para que D. Sebastião retornasse de sua misteriosa viagem em 1574, até a decisão de não apoiar Portugal, Felipe II vinha controlando o espírito, um tanto belicoso, de seu sobrinho.

Mesmo sem o apoio espanhol, a batalha foi prevista para 1577. Mas devido à falta de recursos, e do tempo necessário para a preparação, só ocorreu no ano seguinte. O rei de Portugal tomou diversas medidas para conseguir os fundos necessários, colocando impostos sobre uma série de produtos, suspendendo o confisco de bens dos cristãos-novos a fim de utilizar estes bens para sua expedição, o que fez com D. Henrique pedisse demissão do cargo de Inquisidor-Geral.¹⁶ Também conseguiu um auxílio financeiro do Papa e uma bula que confirmava sua expedição, dando a ela um caráter de Cruzada.

Em 2 agosto de 1578, iniciou-se a marcha e na manhã de 4 de agosto, a famosa batalha de Alcácer Quibir. D. Sebastião havia ordenado que não se fizesse sem seu comando, e logo no início da batalha ele avançou a frente do exército, mas sem dar ordem geral de combate. O rei se mostrou muito valoroso no combate, e também todos os portugueses que no início, tomados por um forte ímpeto, pareciam vencer. Algumas tropas inimigas até desertaram o que disseminou a ideia de que eles já eram vitoriosos e o reino de Fez havia se rendido. Logo a situação se inverteu, e as tropas que debandaram retornaram ao campo de batalha e cercaram os portugueses. D. Sebastião a essa altura estava ferido, e já havia trocado de cavalos três vezes. Fora aconselhado a se render, mas não aceitou a sugestão e cada vez mais

cercado por mouros desapareceu em batalha. Malik, que já estava doente, também morreu em batalha e assim também Mahamet, ambos líderes dos mouros naquela região. A batalha de Alcácer Quibir é também conhecida como a batalha dos Três Reis. Morria ou desapareceria com D. Sebastião, o sonho de um império.

Conclusão

Fica bem claro que os principais ideais do governo de D. Sebastião foram: combater os mouros e reaver as possessões portuguesas na África, que haviam sido abandonadas por D. João III. Assim, buscava reconstruir o império português como havia sido nos reinados anteriores, e ainda conferir a este espírito de conquista, o caráter cruzadístico. Com o desaparecimento do rei lusitano, Felipe II encontrou facilidade em intervir na política portuguesa, fazendo incisões pontuais que foram contribuindo para que ocorresse a crise sucessória que culminou com sua ascensão ao trono.¹⁷ Mas as preocupações bélicas de D. Sebastião não foram os únicos motivos que permitiram a interferência do rei espanhol, havia também as ligações que este tinha dentro da corte, proximidade até com a própria D. Catarina da Áustria, avó de D. Sebastião. O seu curto reinado foi marcado pela sombra de Felipe II, que se projetava cada vez mais na política portuguesa, e teve como pano de fundo: a forte preocupação com a guerra na África, as negociações de casamento, e o medo que este presente na maior parte da História de Portugal, o medo de união das coroas. Apesar de terem este medo muito presente, nem o Cardeal D. Henrique, nem D. Catarina, conseguiram impedir que ele se concretizasse após a repentina morte de D. Sebastião.

Referências

AZEVEDO, Luis Carlos de. *O reinado de D. Manuel e as Ordenações Manuêlinas*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67454/70064>.

17 O governo de Felipe II da Espanha (Felipe I em Portugal) deu início ao período de União das Coroas Ibérica, que compreendeu os anos de 1581 até 1640. Sobre este período há uma vasta produção bibliográfica, que é estudada quase sempre vinculada à Restauração Portuguesa (período em que Portugal tornou-se novamente independente, após o período Filipino). Sobre este termo, "Restauração", é muito comum na bibliografia portuguesa, enquanto que na espanhola o episódio é considerado como Revolução. Sobre a temática, conferir: BOUZA ALVAREZ, Fernando. Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668). Lisboa: Cosmos, 2000. MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União Ibérica: dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Felipe II de Portugal. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, n. 27, p. 7-36, 2002. FERNANDES, Dirce Lorimier. A Inquisição na América durante a União Ibérica (1580-1640). São Paulo: Editora Arké, 2004. BOSCHI, Caio. O advento do domínio filipino no Brasil. In: VENTURA, Maria da Graça (Coord). A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Lisboa: Edições Colibri, 1997. MAGALHÃES, Henrique Leandro. A Legitimidade da Restauração Portuguesa a partir do Discurso do Padre Antonio Vieira (1641-1661). Curitiba: UFPR, 2000. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24645/D%20-%20MAGALHAES%2c%20LEANDRO%20HENRIQUE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 16/11/2015. VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a07v1427.pdf>. Acessado em: 16/11/2015. RAMÍREZ, Rafael Valladares. El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668). *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 14. 151-172. Editorial Complutense. Madrid, 1993. TENA, Francisca Alexandre. La Revolución portuguesa de 1640. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rectj&q=&escr=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFJA_AahUKewj_wt6_uZxJAhVES5AKHW_QAeY&url=http%3A%2F%2Fattic.uv.es%2Findex.php%2Fsaibait%2Farticle%2Fdownload%2F5572%2F5331&usq=AFQjCNF7Yz6V3CgixXBJVzwpVgtZ08UA&sig2=XRSJwW2LAqQJB-NcbpZ6cw&bv=107467506,d.Y2I. Último acesso em: 16/11/2015. SCHWARTZ, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. Disponível em: www.scielo.com.br. Acessado em: 16/11/2015.

15 MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Os régios protagonistas do poder*. In: MATTOSO, Jose. *História de Portugal no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997. p.458.

16 Cf. MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

AZZI, Riolando. *A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BOUZA ALVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

BOSCHI, Caio. *O advento do domínio filipino no Brasil*. In: VENTURA, Maria da Graça (Coord). *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

FERNANDES, Dirce Lorimier. *A Inquisição na América durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Editora Arkê, 2004.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

MARQUES, Guida. *O Estado do Brasil na União Ibérica: dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal*. Penélope: revista de história e ciências sociais, n. 27, p. 7-36, 2002.

MAGALHÃES, Henrique Leandro. *A Legitimidade da Restauração Portuguesa a partir do Discurso do Padre Antonio Vieira (1641-1661)*. Curitiba: UFPR, 2000. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24645/D%20-%20MAGALHAES%2c%20LEANDRO%20HENRIQUE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 16/11/2015.

MATTOSO, Jose. *História de Portugal no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997.

RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 44.

RAMÍREZ, Rafael Valladares. *El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668)*. *Cuadernos de Historia Moderna, n° 14. 151-172*. Editorial Complutense. Madrid, 1993.

SIQUEIRA, Maria Isabel de. *Ordem em colônias: legislações para os índios no período filipino*. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion6/eh0605.pdf>. Acessado em 16/11/2015.

SCHWARTZ, Stuart B. *Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal*. Disponível em: www.scielo.com.br. Acessado em: 16/11/2015.

TENA, Francisca Alexandre. *La Revolución portuguesa de 1640*. Disponível em: https://www.google.com.br/?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAAahUKEwj_wt6_uZXJAhVES5AKHW_QAeY&url=http%3A%2F%2Fatic.uv.es%2Findex.php%2Fsaitabi%2Farticle%2Fdownload%2F5572%2F5331&usg=AFQjCNF7Yz6V3CgixXBjVzwppVgttZO8UA&sig2=XRSJwW2LAqQJB-NCbpZ6cw&bvm=bv.107467506,d.Y2I. Último acesso em: 16/11/2015.

VAINFAS, Ronaldo. *Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a07v1427.pdf>. Acessado em: 16/11/2015.